



## Comissão discute formas de conter mosquito e doenças

Congresso Nacional estuda medida provisória que, entre outras ações, autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em casas abandonadas para eliminar criadouros do *Aedes aegypti*, inseto que transmite dengue, chicungunha e zika

**E**stá marcada para as 14h de hoje uma audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) 712/2016, elaborada pelo governo federal com o objetivo de evitar a disseminação da dengue, da zika e da chicungunha, doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. O país está em alerta principalmente por causa da provável relação entre o vírus Zika e a microcefalia. O debate será organizado pela comissão de senadores e deputados encarregada de analisar a MP. Deverão falar aos parlamentares

representantes do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais de Saúde, entre outros debatedores. A principal novidade da MP é permitir a entrada de agentes públicos em casas e terrenos abandonados, de modo que possam eliminar os focos do *Aedes*. O ingresso forçado ocorrerá após a emissão da Declaração de Emergência em Saúde Pública, papel concedido quando a ação for considerada essencial para o combate ao mosquito. Se passar na comissão, a MP será votada separadamente pela Câmara e pelo Senado. **3**



O senador Cristovam Buarque (2º à esq.) conduz audiência sobre racismo

## Investimento no ensino favorece inclusão racial, afirma ativista

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, o ativista Anderson Quack, um dos diretores da Fundação Palmares, afirmou que a educação é capaz de ajudar a reduzir o preconceito racial no Brasil. Ele deu seu próprio exemplo, lembrando a época em que era um estudante numa favela do Rio de Janeiro: “Aprendi que andar com livro debaixo do braço poderia salvar minha vida dentro da favela. Pela sobrevivência,

descobri o prazer da leitura e acabei me transformando em um escritor”. No debate, foi lembrada a importância das cotas raciais no ensino superior. Para Dandara Baçã, do Movimento Negro Unificado, porém, quem se favorece das cotas também sofre com o racismo. A comissão realizou a audiência para lembrar o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, criado pela ONU e celebrado todo dia 21 de março. **2**

### especial Cidadania



Lito de Paula/Agência Senado

Em rodoviária de Brasília, passageiros fazem fila para embarcar

## Projetos buscam evitar abuso no preço do transporte público

O Senado estuda projetos de lei que beneficiam os usuários do transporte público. Entre eles, está um que estabelece que as empresas que oferecem o serviço deverão se sujeitar à Lei de Acesso à Informação, hoje restrita aos órgãos

públicos. Outra proposta obriga a divulgação das planilhas que justificam os aumentos no preço das passagens. Segundo o senador Paulo Bauer, o sigilo desses dados é incompatível com serviços concedidos pelo governo ao público. **4**

## Grampo telefônico e manifestação de rua ainda repercutem no Plenário

Praticamente todos os pronunciamentos feitos ontem no Plenário do Senado foram sobre os últimos episódios da crise política. Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann e Humberto Costa apoiaram as manifestações de rua ocorridas

na última sexta-feira, a favor da presidente Dilma Rousseff. Ricardo Ferraço, por sua vez, criticou a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil. Magno Malta e Alvaro Dias criticaram o novo ministro da Justiça, Eugênio Aragão. **3**

## Gestão responsável da água é tema de palestras

## Seminário sobre pessoas com Down continua hoje

## Senado reconhece importância da Ordem DeMolay

O Senado realizou ontem uma sessão especial para celebrar o Dia Nacional da Ordem DeMolay e homenagear o Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, que existe há 12 anos. Dirigida por maçons, a entidade é voltada para jovens

com idade entre 12 e 21 anos. O objetivo é transformá-los em cidadãos e líderes da sociedade. Segundo o senador Valdir Raupp, a Ordem DeMolay assume “a defesa dos baluartes da nossa sociedade, como as liberdades civis”. A entidade está presente em 26 países. **2**



Diretores e integrantes da Ordem DeMolay posam com senadores para foto após sessão de homenagem à entidade

# Para debatedores, educação é capaz de vencer racismo

No Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, representantes dos movimentos negros e autoridades do governo federal discutiram políticas para inclusão da população afrodescendente

A EDUCAÇÃO É uma das principais ferramentas contra a discriminação racial e em favor da inserção pessoal, cultural e social da população afrodescendente, ressaltaram participantes de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O diretor de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira da Fundação Palmares, Anderson Quack, ilustrou a importância da educação com sua experiência como jovem da comunidade Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

— Aprendi que andar com livro debaixo do braço poderia salvar minha vida dentro da favela. Pela sobrevivência, descobri o prazer da leitura e acabei me transformando em um escritor — contou.

Presidindo a audiência, Cristovam Buarque (PPS-DF) comentou a experiência relatada por Anderson Quack.

— É uma metáfora maravilhosa. Ele usou o livro para se proteger não apenas de agressões, mas para buscar a emancipação. Essa luta tem que ser levada adiante.

A audiência foi realizada para celebrar o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) e comemorado em 21 de março.

A data é uma referência ao massacre ocorrido em 1960 no bairro de Sharpeville, em Johannesburgo, na África do Sul. Tropas do Exército mataram 69



Para Cristovam Buarque (4º à esq.), cotas são necessárias, mas insuficientes

pessoas e feriram outras 186, em repressão a protesto que reuniu 20 mil negros contra lei que limitava a circulação da população negra na cidade.

## Cotas

Sobre os resultados positivos da política de cotas nas universidades, Cristovam disse que a estratégia é apenas uma etapa do processo de inclusão.

— Cotas são necessárias, mas insuficientes. Temos que avançar no acesso à educação igual para todos: o filho do pobre estudando na mesma escola do filho do rico; o filho do negro estudando na escola do filho do branco — ressaltou.

Na opinião de Dandara Baçã, do Movimento Negro Unificado, as cotas são um funil e não eliminam o preconceito que a população negra enfrenta dentro das universidades e no mercado de trabalho.

— É uma forma de racismo dolorosa. Mesmo passando em um concurso, mostrando nossa qualificação, temos que ser o melhor do melhor para

sermos ouvidos — afirmou.

O presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente (MOA), Thiago da Silva, pediu prioridade nas escolas para valores das comunidades negras.

— É preciso abraçar a cultura negra com menos preconceito e promover a diversidade cultural dentro das escolas.

A secretária nacional de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luciana Ramos, citou ações articuladas entre ministérios para melhoria de vida da população negra, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, que privilegia a mulher negra como titular do imóvel.

A violência contra religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, também foi lembrada pelos debatedores. Para o advogado Melillo Nascimento, da Casa de Oxumaré, esse tipo de intolerância decorre de disputas no mercado das religiões e do crescente ódio às diferenças, à pluralidade e à diversidade.

## Evento discute inclusão de pessoa com Down

Pessoas com síndrome de Down, estudantes, professores e representantes de instituições encheram o Auditório Petrônio Portella, no Senado, na abertura do seminário 21 Horas pela Inclusão. Organizado pelo Programa Interlegis, o evento contou com a

participação do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons, e do embaixador do Reino Unido, Alex Ellis. Parsons disse esperar que as Paralimpíadas de 2016 reforcem o tema, assim como aconteceu na Inglaterra (2012).

Foi lançado também o livro

*O Mundo de Ivy: 11 anos de uma downzinha muito feliz*, autobiografia de Ivy Faria, filha do senador Romário (PSB-RJ). Ele contou que a história da filha o incentivou a lutar pela inclusão das pessoas com deficiência. O seminário continua hoje e amanhã.

## Em sessão especial, Senado lembra Dia Nacional da Ordem DeMolay

O Senado promoveu ontem sessão especial para comemorar o Dia Nacional da Ordem DeMolay, organização juvenil que busca transformar jovens entre 12 e 21 anos em cidadãos e líderes da sociedade. O respeito às leis e a convivência em harmonia foram destacados durante a homenagem.

— Percebemos o quanto a sociedade necessita hoje de instituições como a Ordem DeMolay, que valorizam a ética e o respeito às leis, que ensinam que os fins não justificam os meios — disse o mestre nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, Thiago Rijo.

A sessão também homenageou o Conselho Supremo da Ordem, que existe há 12 anos no país. Valdir Raupp

(PMDB-RO) lembrou que a instituição busca criar pessoas que sirvam de modelo a ser seguido por outros jovens.

— Os DeMolay assumem a defesa dos baluartes da nossa sociedade, como as liberdades civis — destacou Raupp, que presidiu a sessão.

Fundada em 1919 nos Estados Unidos, a Ordem DeMolay, dirigida por maçons, é considerada a maior organização juvenil do mundo. Mais de 2,5 milhões já passaram por ela, que atualmente está presente em 26 países. No Brasil, a Ordem DeMolay tem representações em todos os estados e no Distrito Federal.

Cristovam Buarque (PPS-DF) lembrou que a maçonaria foi importante em momentos da história do Brasil, como a abolição da escravatura e a Proclamação da República.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### CCT Jogos Olímpicos

**8h45** Entre os projetos a serem votados, está o PLC 2/2016, sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos de 2016.

### CMA Uso de água

**9h30** Reunião deliberativa. Na pauta, o PLC 84/2014, sobre o uso da água em edifícios da administração pública federal.

### CAE Presidente do Banco Central

**10h** Audiência pública com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

### CE Alunos com deficiência

**11h30** Votação de projetos, como o PLS 45/2015, que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência.

### CMO Créditos extraordinários

**13h** Reunião para votar liberação de créditos extraordinários, relatórios de prestação de contas, de gestão fiscal e de avaliação de receitas e despesas.

### MP 712 *Aedes aegypti*

**14h** Audiência pública sobre a MP 712/2016, sobre medidas para combater o mosquito *Aedes Aegypti*.

### PLENÁRIO Isenção de IPTU

**14h** Sessão deliberativa, na qual deverá ser votada a PEC 133/2015, que isenta igrejas de pagar IPTU referente a imóveis alugados.

### TRANSPARÊNCIA Corrupção

**14h30** Análise de requerimento para realização de ciclo de debates sobre a lei de combate à corrupção.

### PARLASUL Tarifa aeroportuária

**14h30** Reunião deliberativa. Na pauta, o PL 3.046/2011, que dispõe sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

### CPI DO FUTEBOL Documentos

**14h45** Reunião fechada para apresentação aos senadores de documentação de caráter sigiloso em poder da CPI.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, **audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Audiência discute ações contra o *Aedes aegypti*

Comissão vai debater medida provisória que permite a agentes públicos entrar em imóveis abandonados ou com proprietário ausente para combater focos do mosquito

A COMISSÃO MISTA responsável pela análise da Medida Provisória 712/2016, que reúne ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, da chicungunha e da zika, faz audiência pública hoje, às 14h.

A principal inovação da MP é a possibilidade de ingresso forçado de agentes públicos em imóveis públicos e particulares, no caso de situação de abandono ou ausência de pessoa que possa permitir o acesso das equipes que atuam na identificação e eliminação de focos do mosquito.

Para participar da discussão, foram convidados representantes da Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, da Confederação Nacional de Municípios, da Confederação Nacional dos Agentes Comu-

nitários de Saúde e da Federação Nacional dos Agentes de Saúde e Endemias.

Pelo texto da MP, a execução das medidas caberá aos dirigentes do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito federal, estadual, distrital e municipal. O ingresso em imóveis fechados será feito com emissão prévia da Declaração de Emergência em Saúde Pública, quando a ação for considerada essencial para combater focos do mosquito.

O Brasil entrou em alerta mais intenso contra o *Aedes* por causa da disseminação de casos suspeitos de microcefalia em bebês recém-nascidos relacionados com o vírus Zika. Até o início de março, mais de 600 casos da doença foram confirmados no país, principalmente na Região Nordeste, e outros 4,2 mil casos estão sendo investigados. A microcefalia se caracteriza pela formação da cabeça menor



Deputado Newton Cardoso Jr., relator da MP, e senador Paulo Bauer, presidente da comissão mista de análise da medida

do que o considerado normal, causando diversos problemas de desenvolvimento.

## Outras doenças

As outras doenças são dengue e chicungunha. No caso da dengue, desde o final dos

anos 80, o Brasil convive com epidemias sazonais durante o verão. Com sintomas parecidos, mas menos letal, os primeiros casos de transmissão interna do vírus chicungunha foram registrados no segundo semestre de 2014.

### AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

HOJE, ÀS 14h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
  - <http://bit.ly/audienciainterativa>
  - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

## Brasileiros estão preocupados com risco à democracia, alerta Gleisi

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), as manifestações de sexta-feira mostram que milhares de brasileiros estão preocupados com a ameaça de golpe e negação da democracia. Ela questionou a divulgação na mídia das conversas telefônicas da presidente



Dilma com o ex-presidente Lula e alertou que o apoio a esse tipo de iniciativa pode gerar prejuízo. — Estamos tratando dos direitos e garantias elementares, dos direitos individuais, que tanto nós lutamos para ver consagrados na Carta Magna.

## Vanessa diz que não existem razões jurídicas para pedir saída de Dilma

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou as manifestações contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff, feitas em várias cidades do país na sexta-feira. De acordo com a senadora, foram manifestações pacíficas, com a



participação de famílias e crianças, que pediram o fim do que ela chama de “golpe contra a democracia”, que seria a saída de Dilma da Presidência da República. Segundo ela, não há razões jurídicas para o pedido do impeachment.

## Humberto afirma que manifestação é “duro aviso contra impeachment”

Ao comentar as manifestações pró-governo e contra o impeachment, o líder do governo, senador Humberto Costa (PT-PE), afirmou que “mais de 1,3 milhão de pessoas foram às ruas na sexta-feira para dizer que não aceitam o golpe que



querem aplicar na presidente da República, Dilma Rousseff, que foi eleita pela maioria dos brasileiros”. — A passeata foi um duro aviso para os que achavam que o golpe seria aplicado sem reação — disse o senador.

## Alvaro critica ministro da Justiça por declarações sobre vazamentos na PF

Alvaro Dias (PV-PR) apresentou requerimento para que o ministro da Justiça, Eugênio Aragão, compareça à Comissão de Constituição e Justiça para explicar declarações ao jornal *Folha de S. Paulo* de que, se sentir “cheiro de vazamento” por agente



da Polícia Federal, trocará toda a equipe da investigação. — Esse pronunciamento se constitui em ameaça e é uma forma de obstrução da Justiça. Não cabe ao ministro obstruir a investigação e a Justiça — criticou o senador, em Plenário.

## Para Magno Malta, fala de Aragão é ameaça que o povo não vai tolerar

Magno Malta (PR-ES) também criticou o novo ministro da Justiça, Eugênio Aragão, por dizer que vai trocar a equipe da Polícia Federal caso sinta “cheiro de vazamento”. O senador qualificou a fala de “intimidação e ameaça” e disse que o povo não vai permitir que



isso aconteça. — Senhor ministro, se Vossa Excelência cometer o erro de efetivar isso, estará dizendo que foi para o ministério para cumprir uma missão desse governo que quer colocar na conta da PF e do juiz Sergio Moro uma culpa que não lhes pertence.

## Ferraço cita juristas para condenar nomeação de Lula para a Casa Civil

De acordo com Ricardo Ferraço (PSDB-ES), os juristas Ives Gandra Martins e Hamilton Dias de Souza afirmaram que a nomeação, pela presidente Dilma Rousseff, do ex-presidente Lula para a chefia da Casa Civil tem como objetivo garantir a ele foro privilegiado



e protegê-lo do pedido de prisão preventiva. Ferraço acrescentou que, para os juristas, o ato deve ser invalidado por desvio de finalidade e, conforme as gravações entre Dilma e Lula, por ferir princípios fundamentais da administração pública.

## Delcídio renova licença e não deve depor no Conselho de Ética amanhã

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) apresentou ao Senado na sexta-feira novo pedido de licença médica de 15 dias, a contar de amanhã. O atestado anterior vence hoje. Com essa licença, o senador não deve depor amanhã no Conselho de Ética. O depoimento foi marcado no dia 16, após o órgão aprovar relatório preliminar de Telmário Mota (PDT-RR), admitindo a abertura de processo contra Delcídio. O presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), ainda vai definir se a reunião de amanhã será mantida ou cancelada.

## Raupp celebra adesão ao Cadastro Ambiental Rural em Rondônia

O alto índice de participação dos produtores rurais de Rondônia no Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi comemorado Valdir Raupp (PMDB-RO). O estado ultrapassou 80% de propriedades rurais cadastradas, acima da média nacional, disse. O



senador chamou a atenção para as vantagens do CAR, que subsidia políticas para produção rural e defesa do meio ambiente. — Em meio à maré tormentosa da política, o Brasil segue em frente, cada vez mais sólido na área do agronegócio.

## Câmara e Senado promovem evento para discutir a utilização da água

O Senado e a Câmara dos Deputados promovem hoje, às 10h, no plenário 5 da Câmara, a mesa de debates Integração Terra-Água: da teoria à prática. O evento, em comemoração ao Dia Mundial da Água, é realizado por meio do EcoCâmara e do Senado Verde. As palestras são abertas ao público em geral. Não é necessário fazer inscrição. Entre os convidados, estão o secretário-geral substituto da Agência Nacional de Águas (ANA), Maurício Andrés Ribeiro, e o secretário de Meio Ambiente da prefeitura municipal de Extrema (MG).

# Projetos miram caixa-preta das tarifas de ônibus

Garantir o acesso da população às planilhas que servem de base para a definição do preço das passagens e dos reajustes é o objetivo de propostas em análise no Congresso

Djalba Lima

OS BRASILEIROS PAGAM cerca de R\$ 18 bilhões em passagens de transporte coletivo por ano sem saber se os valores são justos. A maioria das cidades não divulga as planilhas que embasam o cálculo das tarifas e, nos municípios onde elas estão disponíveis ao público, as informações são insuficientes, adverte o doutor em desenvolvimento urbano Lafaiete Neves, de Curitiba.

O especialista afirma que as planilhas geralmente tomam como base estudos feitos na década de 1980 pela extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot). Esse modelo, na avaliação de Neves, está desatualizado pela evolução tecnológica.

— Os motores que equipavam os ônibus na década de 1980 eram de primeira geração. Hoje são de quarta geração. Uma das consequências é que o consumo de combustível ficou menor — avalia.

O segundo problema apontado por ele é a ausência de controle do consumo de combustível, como o existente na aviação civil. O combustível é um dos custos variáveis usados nas planilhas (veja quadro abaixo). Na maioria

das empresas, não há fiscalização, diz.

— As empresas ganham em cima da defasagem do modelo e da falta de controle das autoridades, em prejuízo dos usuários — acrescenta.

## Transparência

Para enfrentar o problema, o Senado trabalha em algumas propostas. Na primeira delas, incluiu mecanismos de transparência no projeto que visa reduzir as tarifas com a desoneração da atividade econômica (PLC 310/2009).

O texto institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup). Uma das condições para a concessionária beneficiar-se do Reitup é submeter-se a esses critérios de transparência.

Um deles é a contratação de auditoria externa em cidades com mais de 500 mil habitantes para auxiliar elaboração de laudo de cálculo da tarifa. Outra exigência é a aplicação da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) às empresas de transporte, em razão da existência de contrato de concessão com o poder público.

Como a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou substitutivo do relator, senador Lindbergh Farias

(PT-RJ), o projeto retornou à Câmara dos Deputados, que ainda não votou as alterações feitas no Senado.

Outro projeto torna obrigatória a divulgação das planilhas que embasam reajustes e revisões de tarifas. O PLC 50/2013, do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), já foi aprovado por três comissões do Senado e está pronto para votação em Plenário.

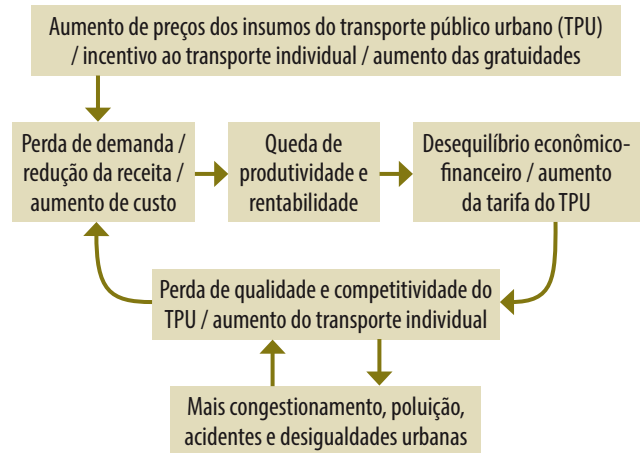
Relator do texto na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) considera a proposta essencial para abrir a caixa-preta das tarifas de transporte coletivo. Para ele, não se sabe como é feita a política de reajuste desses preços.

Randolfe classifica de insuficiente a determinação por transparência na estrutura tarifária prevista na Lei 12.587/2012, que criou a Política Nacional de Mobilidade Urbana. De acordo com ele, a lei não é cumprida e, por isso, torna-se necessária uma determinação mais específica. Para o senador, a obrigatoriedade da divulgação poderá levar inclusive a uma revisão do modelo do Geipot, já que “a realidade de hoje é diferente dos anos 1980”.

Presidente da Comissão de Transparência e Governança (CTG) do Senado, Paulo Bauer (PSDB-SC) diz que o sigilo nas planilhas é incompatível com “um serviço concedido pelo poder público para o público”.

Favorável ao PLC 50/2013, o senador defende um trabalho de conscientização dos prefeitos para que tornem as planilhas acessíveis ao público. Quanto à defasagem do modelo do Geipot, sugere a atualização e anuncia a intenção de fazer audiência pública para discutir o tema.

## Círculo vicioso do aumento dos preços das passagens



Fonte: Nota técnica Tarifação e Financiamento do Transporte Público Urbano (Ipea, julho de 2013)

## Distorções penalizam os usuários de renda mais baixa, aponta estudo

O modelo de financiamento do transporte público urbano (TPU) baseado na receita tarifária, adotado pela maioria das cidades brasileiras, apresenta distorções, apontadas em nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de julho de 2013.

Uma delas, conforme o documento, está relacionada à perda de demanda ao aumento do custo da passagem. A nota técnica acrescenta: “Quando esse fato ocorre, e na última década no Brasil verificou-se esse movimento em função do avanço do transporte individual, o nível da tarifa torna-se cada vez mais alto para compensar a diminuição do número de tarifas pagas, o que induz novas perdas de demanda, retroalimentando o círculo vicioso que se forma em função da dependência das

camadas mais carentes da população em relação ao TPU e sua baixa capacidade de pagamento”.

Outra distorção apontada é o subsídio cruzado entre passageiros, quando os pagantes são diretamente sobretaxados ao custear as gratuidades. Conforme a nota, essa situação é mais grave quando os pagantes de menor renda — a maioria dos usuários do transporte público — “arcam com gratuidades concedidas a pessoas pertencentes aos estratos de renda mais altos (estudantes e idosos de alta renda, por exemplo)”.

Segundo o estudo, o usuário que paga integralmente a tarifa destina um percentual desse valor para cobrir os usuários que não pagam ou têm desconto. A Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos calcula em 20% o impacto médio das gratuidades nas capitais.



Empresas devem submeter-se à Lei de Acesso à Informação, defende proposta

## Fórmula dos anos 80 divide custo pelo número de pagantes

O modelo criado pela extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) nos anos 1980 e ainda hoje adotado pela maioria dos municípios brasileiros considera a tarifa como o rateio do custo total do serviço entre os usuários pagantes.

Para o cálculo, é necessário conhecer os seguintes elementos: número de passageiros transportados, quilometragem percorrida e custo quilométrico, que corresponde à soma de custos variáveis com custos fixos.

Os custos variáveis, que mudam em função da quilometragem percorrida pela frota, são os combustíveis, os lubrificantes, rodagem, peças e acessórios.

Os custos fixos, que independem da quilometragem percorrida, são o custo de capital (depreciação e remuneração), despesas com pessoal e despesas administrativas.

O custo total do serviço corresponde ao custo quilométrico acrescido da taxa de gerenciamento e tributos (como PIS, Cofins, ISS e ICMS).

### Como é o cálculo

$$\frac{\text{CUSTO TOTAL}}{\text{NÚMERO DE PAGANTES}}$$

#### CUSTO TOTAL

- CUSTO QUILOMÉTRICO**
  - custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios)
  - custos fixos (custo de capital [depreciação e remuneração], despesas com pessoal e despesas administrativas)
- + TAXA DE GERENCIAMENTO**
- + TRIBUTOS** (como PIS, Cofins, ISS e ICMS)



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre tarifas de transporte público: <http://bit.ly/videoTransporte>

### Saiba mais

**PLC 310/2009**  
<http://bit.ly/PLC310de2009>

**PLC 50/2013**  
<http://bit.ly/PLC50de2013>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)